



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

**EDITAL**

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 023/2014**

**PROCESSO Nº 00088.000570/2014-91**

A União, por intermédio da Secretaria de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República, mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 237 de 26 de novembro de 2013, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 27 de novembro de 2013, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, do TIPO MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os Decretos nºs. 5.450, de 31 de maio de 2005, 6.204, de 5 de setembro de 2007 e 7.203, de 4 de junho de 2010, a IN nº 02 SLTI/MP, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente edital.

**1. OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada na fabricação de produtos de panificação, para fornecimento, **sob demanda**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

**2. ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**

**2.1** A sessão pública do Pregão, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminado:

**DATA: 23 de maio de 2014**

**HORÁRIO: 9h30 (Horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

**UASG: 110001**

**2.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**3. PARTICIPAÇÃO**

**3.1** Poderão participar deste pregão, na forma eletrônica, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico e com o registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e **satisfaçam as disposições contidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.**

**3.2** Não poderão participar deste pregão, na forma eletrônica, empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam suspensas de participar de licitação e impedido de contratar com a Presidência da República, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- d) impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo de sanção aplicada;
- e) que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição; e
- f) estrangeiras que não funcionem no País.

#### 4. CREDENCIAMENTO

**4.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão, na forma eletrônica.

**4.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Presidência da República, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 5. PROPOSTA DE PREÇOS

**5.1** Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **às 9:30h do dia 23 de maio de 2014**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**5.2** No momento da elaboração e envio da proposta, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
- d) que a proposta foi elaborada de maneira independente, nos termos da Instrução Normativa Nº 2, de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- e) que cumprem, no caso de Microempresa (**ME**), Empresa de Pequeno Porte (**EPP**), os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, declarando que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**5.2.2** As declarações mencionadas serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de fax ou outra forma.

**5.3** A licitação será dividida em itens, conforme **item 3** constante do **Termo de Referência – Anexo I deste edital**, facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**5.4** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.5** Qualquer informação que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**5.6** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

## 6. RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

**6.1** A partir das **9:30h** do dia **23 de maio de 2014**, data e horário previstos no **subitem 2.1** deste edital e, em conformidade com o **subitem 5.1**, terá início a sessão pública do **Pregão, na forma eletrônica, nº 023/2014**, com a divulgação das propostas de preço recebidas e início da etapa de lances.

**6.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.3** Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 7. FORMULAÇÃO DOS LANCES

**7.1** Iniciada a fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**7.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pela própria licitante, podendo este ser superior ao menor preço registrado no sistema.

**7.4** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.5** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**7.6** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

**7.7** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.8** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**7.9** Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances, salvo, **excepcionalmente**, após o encerramento da fase de lances, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

**7.9.1** Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no **subitem 7.9** a licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

**7.10** No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

**7.11** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, ficando a cargo do sistema eletrônico encaminhar aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recep o de lances.

## 8. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

**8.1** A Proposta de Preços da licitante classificada em primeiro lugar deverá ser formulada e enviada, devidamente assinada e digitalizada, contendo as especifica es detalhadas do objeto, atualizada em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, num prazo **máximo de 02 (duas) horas**, após o encerramento da etapa de lances, por meio de convoca o do Pregoeiro pelo Sistema Eletrônico (**Convoca o de anexo**).

**8.1.1.** A Proposta de Preços assinada e digitalizada também poderá ser remetida para o e-mail **cpl@planalto.gov.br**, ou por meio do **fac-símile (61) 3411-4305/3411-3425**, nos casos de **solicita o do Pregoeiro, sem prejuízo da disponibiliza o pelo Sistema Eletrônico (subitem 8.1)**, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “**Convocar anexo**”, de forma que a documenta o seja inserida no **Sistema Eletrônico** e, assim, **fique   disposi o das demais licitantes**.

**8.1.2** Os originais dos documentos remetidos via fax ou e-mail deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da data do encerramento da sessão pública,   Coordena o de Licita o da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo III, Ala “A”, Sala 207, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, **em envelope fechado e rubricado no fecho**, especificando o número do preço e os dados da empresa.

**8.1.3** Os documentos remetidos por meio da op o “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**8.1.4** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documenta o indicada nesta se o, será desclassificada e sujeitar-se-  às san es previstas neste edital.

**8.2** O julgamento das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e levará em considera o para a aceitabilidade da proposta o(s) preço(s) máximo(s) de referência constante da Planilha de Custos Estimados – **item 3 do Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

**8.3** A proposta de preços será apresentada de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contrata o, devendo ser preenchida conforme **Modelo de Proposta de Preços – Anexo II** deste edital (**Proposta Comercial**), e deverá, ainda, conter:

**8.3.1** Descri o clara e completa do objeto, observada a descri o/especifica o constante do **Termo de Referência – Anexo I** e seus **Apêndices**, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condi o que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**8.3.2** Preços unitários e totais de todos os itens, expressos em R\$ (reais), com aproxima o de até duas casas decimais, não sendo admitida proposta contemplando parcialmente os itens, **sob pena de desclassifica o se houver algum subitem sem cota o**.

**8.3.3** Prazo de validade de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresenta o.

**8.3.4** Prazo de entrega de, no máximo, **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da data do recebimento da *Solicita o de Entrega de Material*.

**8.3.5** Declara o expressa de estarem incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste preço, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

**8.3.6** Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, na forma eletrônica, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

**8.3.7** Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico.

**8.4** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e do preço ofertado com o valor estimado.

**8.4.1** O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de unidades da Presidência da República ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

**8.5** Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**8.6** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

**8.7** A apresentação da proposta implicará plena aceitação por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**8.8** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contêm vícios ou ilegalidades;
- b) não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- c) apresentem preços finais superiores aos preços máximos (unitário, mensal, global) estabelecidos neste edital;
- d) apresentarem preços manifestamente inexequíveis, não comprovada sua exequibilidade em relação ao preço apresentado.
- e) não comprovarem as exigências promovidas por eventuais diligências.

**8.8.1** Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**8.8.2** A inexequibilidade dos valores referente a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

**8.8.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, entre outros, os procedimentos previstos na legislação vigente, no que couber.

**8.8.4** Erros no preenchimento da Proposta de Preços não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**8.8.5** Serão ainda desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**8.9** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta.

**8.9.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**8.10** O pregoeiro anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

**8.11** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 8.12** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão.
- 8.13** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Presidência da República não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 8.14** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 8.15** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 8.16** Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 8.16.1** Ocorrendo a situação referida no **subitem anterior**, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.17** Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

## 09. AMOSTRA

- 9.1** Serão solicitadas à empresa licitante de melhor proposta, sob pena de desclassificação, amostras dos produtos ofertados, a serem entregues no prazo máximo e improrrogável de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, em data e hora agendados para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão previamente designada.
- 9.2** Haverá a convocação de data e hora certa para os licitantes interessados apresentarem as amostras devidamente identificadas com o nome e o CNPJ da empresa;
- 9.3** A apresentação das amostras será realizada no Depósito de Gêneros Alimentícios da COSUB – Almoarifado Central da Presidência da República Avenida N2 - Brasília-DF.
- 9.4** Cada amostra é composta por 1 (uma) unidade de cada tipo produto previsto no Termo de Referência, Anexo I deste edital, para que a Coordenação de Subsistência (COSUB) possa fazer a análise de cada item avaliado.
- 9.5** Caso a amostra da empresa de melhor proposta não for apresentada nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, esta será notificada e, posteriormente, será convocada para apresentação de amostras, em data e hora certa, a empresa autora da segunda melhor proposta, e assim sucessivamente.
- 9.6.** Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações nos produtos apresentados para fins de adequá-los às especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- 9.7** . Sendo recebidas as amostras em conformidade com o que preconiza o item 9.1, estas passarão, logo após o recebimento, a ser avaliadas pela Coordenação de Subsistência, conforme mencionado no item 10.10.
- 9.8** A análise das amostras consiste em avaliar as condições mínimas de apresentação do produto, prazo de validade e demais requisitos previstos na legislação vigente para a industrialização e embalagem do produto, caso existente.
- 9.9** Também serão verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada produto constante no Termo de Referência – Anexo I do edital.
- 9.10** Após a análise dos produtos, realizada por no mínimo dois membros da Coordenação de Subsistência (COSUB/COAGE/DILOG/AS/PR) da Presidência da República, será confeccionado um relatório técnico especificando as razões de sua decisão quanto à aprovação ou não das amostras apresentadas.

## 10. HABILITAÇÃO

**10.1** Após o encerramento da fase de lances e aceitação da proposta, o pregoeiro procederá à verificação da habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

**10.2** A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos: **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal** (Receita Federal do Brasil – certidão conjunta/FGTS e INSS e Certidão Negativa de Débito Trabalhista); **Regularidade Fiscal Estadual/Municipal** (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal, e **Qualificação Econômico-Financeira** (Índices Calculados: SG, LG e LC), além da documentação complementar especificada neste edital.

**10.2.1** Para fins de habilitação, poderão ser consultados sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo meio legal de prova.

**10.2.2** Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 1.793/2011-Plenário, também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (Ceis) do Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ).

**10.3** Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações cadastradas pela licitante no sistema Comprasnet - **subitem 5.2** deste edital.

**10.4** Encerrada a fase de lances, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar documentação complementar exigida para habilitação **que não esteja contemplada no SICAF e no sistema Comprasnet**, por meio eletrônico – opção “**Enviar Anexo**” ou pelo fax (0xx61) 3411-4305/3411-3425, juntamente com a proposta de preços indicada no **subitem 8.1**, no prazo de **até 2 (duas) horas**, a contar da convocação do pregoeiro no sistema eletrônico.

**10.4.1** As **licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de **qualificação econômico-financeira**:

**10.4.1.1** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um); (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

**10.5** Os originais dos documentos remetidos por meio do sistema Comprasnet – opção “Enviar Anexo”, via fax ou e-mail deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da data do encerramento da sessão pública, à Coordenação de Licitação da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo III, Ala “A”, Sala 207, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, **em envelope fechado e rubricado no fecho**, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

**10.6** As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, **na forma e prazo definidos no subitem 10.5 deste edital**.

**10.7** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

**10.7.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.

**10.7.2** A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pela licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

**10.7.3** A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem anterior**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar a licitação.

**10.8** A documentação não abrangida pelo SICAF deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

a) em original;

- b) por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado ou por Cartório competente; ou
- c) publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**10.9** Todos os documentos deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

**10.9.1** O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai fornecer o material objeto da presente licitação.

**10.10** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

**10.11** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.12** Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**10.13** Será declarado vencedor a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM** e que cumpra todos os requisitos de habilitação.

## 11. ESCLARECIMENTOS

**11.1** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, em horário comercial, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço eletrônico [cpl@planalto.gov.br](mailto:cpl@planalto.gov.br).

**11.2** Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos enviados fora do prazo estabelecido no subitem 11.1.

**11.3** As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sistema eletrônico - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), aos interessados.

## 12. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**12.1** Até **2 (dois) dias úteis** antes da data marcada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição a ser enviada preferencialmente para o endereço eletrônico [cpl@planalto.gov.br](mailto:cpl@planalto.gov.br) ou protocolada na Coordenação de Licitação, situada no Anexo III do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 207, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

**12.1.1** Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de **24 horas**, podendo ser auxiliado pelo setor técnico competente da Presidência da República.

**12.1.2** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formação das propostas.

**12.1.3** As impugnações protocoladas na Presidência da República deverão também ser disponibilizadas em meio magnético (**CD/DVD**) ou por meio do endereço eletrônico

[cpl@planalto.gov.br](mailto:cpl@planalto.gov.br), face à disponibilização, no **COMPRASNET**, do pedido de impugnação, que será juntamente com as respostas disponibilizado no sistema eletrônico para os interessados.



### 13. RECURSOS

**13.1** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de, no mínimo, 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**13.2** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarado vencedor.

**13.3** O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**13.4** Aceita a intenção de recurso, a licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

**13.4.1** Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do meio eletrônico – sistema Comprasnet.

**13.5** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Assessoria Técnica de Licitação, Anexo III, Ala “A” do Palácio do Planalto, sala 207, em Brasília – DF, nos dias úteis no horário das **9h às 12h** e das **14h às 17h horas**.

### 14. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**14.1** O valor da aquisição está estimado em **R\$ 54.970,00 (cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais)**.

**14.2** Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão na conta do seguinte PTRES: **060138** e ND: **339030**.

### 15. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

**15.1** Os produtos serão solicitados pelo Gestor do Contrato, mediante a emissão do documento “Solicitação de Entrega de Material” para o fornecimento pela licitante vencedora, conforme conveniência da Administração.

**15.2** Os produtos serão entregues de acordo com as especificações do Termo de Referência – Anexo I do edital, nas seguintes condições:

**15.2.1** Na avenida N2 Norte, no Almoarifado Central, Fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF;

**15.2.2** No prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Solicitação;

**15.2.3** Em horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, telefones (61) 3411-2868.

**15.3** A licitante vencedora deverá indicar no número de seu fax e endereço eletrônico para o envio de pedidos.

**15.4** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do produto, ele será rejeitado, no todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a Presidência da República, devendo o licitante vencedor rerepresenta-lo(s) no prazo máximo de 6 (seis) horas após o comunicado da Presidência da República.

**15.5** Caberá a licitante vencedora arcar com as despesas de embalagem e frete do produto a ser substituído.

**15.6** Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassados ou com outra deformidade qualquer.

**15.7** A Presidência da República reserva-se o direito de impugnar o material entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência – Anexo I do edital.

**15.8** As embalagens deverão conter as seguintes informações, seguindo os padrões determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

- a) peso líquido;
- b) identificação do produto e do estabelecimento de origem;
- c) data de industrialização;
- d) data de validade do produto;
- e) informação nutricional
- f) lista de ingredientes
- g) lote

## 16. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

**16.1** Findo o processo licitatório, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocado, a licitante vencedora e a Presidência da República celebrarão contrato, nos moldes da minuta de contrato constante do **Anexo III deste edital**.

**16.1.1** O prazo de que trata o **subitem** anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Presidência da República.

**16.1.2** Se a licitante vencedora não comparecer dentro do prazo previsto para assinar o contrato, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

**16.2** No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora **deverá apresentar**:

**16.2.1** o(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (**contrato social e/ou procuração**);

**16.2.2** Toda a documentação expedida pela Vigilância Sanitária Regional para funcionamento do estabelecimento.

**16.3** A Presidência da República realizará consulta prévia quanto ao SICAF, CADIN e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas a fim de verificar a situação da empresa quanto às condições de habilitação exigidas no edital.

**16.4** Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Presidência da República tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

**16.5** Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no **subitem anterior**, a Presidência da República poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no **subitem 16.1.2** deste edital.

**16.6** O contrato a ser firmado em decorrência deste pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

**16.7** Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à licitante vencedora as penalidades previstas neste edital e no contrato a ser firmado entre as partes.

**16.8** A associação da Contratada com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação deverão ser comunicadas à Presidência da República e só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e não afetem a boa execução do Contrato,

sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no edital.

**16.9** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da lei nº 8.666/93.

## 17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

**17.1** O contrato decorrente desta licitação terá vigência a contar da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

## 18. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**18.1** A Presidência da República designará um gestor titular e um substituto para exercer a fiscalização do contrato resultante desta licitação que registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**18.2** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

**18.3** A existência e a atuação da fiscalização pela Presidência da República em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

## 19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**19.1** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela licitante vencedora, que deverá conter o detalhamento do objeto entregue, e será creditado em nome da licitante vencedora por meio de ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor do contrato nos documentos hábeis de cobrança.

**19.1.1** O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado desde que a licitante vencedora efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**19.1.2** Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível em nome da Secretaria de Administração da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

**19.2** Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**19.3** A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora diretamente ao gestor do contrato, que somente atestará o fornecimento do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**19.4** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da

situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Presidência da República.

**19.5** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**EM** = Encargos Moratórios;  
**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
**VP** = Valor da parcela a ser paga;  
**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
**I** =  $\frac{(TX)}{365}$                        $I = \frac{(6/100)}{365}$                        $I = 0,00016438$   
**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**19.6** A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.

**19.7** Para o pagamento a Presidência de República realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quanto à **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal do Brasil (certidão conjunta), FGTS e INSS) e Trabalhista (Certidão Negativa de Débito Trabalhista), Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal)**, para verificar a manutenção das condições de habilitação, podendo ser consultados nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo meio legal de prova.

**19.7.1** Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a licitante será notificada, por escrito, para que no prazo de **30 (trinta) dias** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

**19.7.2** O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da Administração

**19.8** Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada à Presidência da República, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**19.9** O pagamento efetuado pela Presidência da República não isenta a licitante vencedora de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**19.10** A Presidência da República poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.

## 20. SANÇÕES

**20.1** Se ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE, esta, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, poderá sofrer as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela licitante desistente, na hipótese de **desistência injustificada** do lance, não aceita pelo pregoeiro, após o encerramento da fase de lances, conforme previsto nos subitens **7.9 e 7.9.1** deste edital, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a União;

**c)** multa de **20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total da contratação, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada.

**20.2** Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a LICITANTE que:

- a) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar na execução do contrato;
- f) fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.

**20.3** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras previstas na legislação vigente, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**20.4** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Presidência da República.

**20.5** O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**20.5.1** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a licitante vencedora obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**20.5.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante vencedora à Presidência da República, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**20.6** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

**20.7** As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**20.8** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

**20.9** As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** A Presidência da República poderá rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvido em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;

d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Presidência da República; e

e) cancelada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

**21.2** A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

**21.2.1** A nulidade do procedimento licitatório induz à anulação da nota de empenho, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

**21.3** A Presidência da República providenciará a publicação resumida do contrato a ser firmado, em decorrência desta licitação, no Diário Oficial da União, no prazo estipulado no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**21.4** Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Presidência da República comunicará os fatos verificados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.

**21.5** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos documentos enviados para fins de classificação e habilitação.

**21.6** Fica assegurado à Presidência da República o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

**21.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente Presidência da República.

**21.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão, na forma eletrônica.

**21.9** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**21.10** As normas que disciplinam este pregão, na forma eletrônica, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

**21.11** As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**21.12** Este edital será fornecido pela Presidência da República a qualquer interessado, na Coordenação de Licitação, situada no Anexo III, Ala "A", Sala 207, do Palácio do Planalto, nesta Capital, devendo para isso ser recolhido junto ao Banco do Brasil, o valor de **R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos)**, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Secretaria de Administração/PR, a ser emitida por meio do sítio [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br), **Unidade Favorecida: 110001 – Gestão: 00001, Código de Recolhimento nº 18837-9** e gratuito na internet nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.presidencia.gov.br/licitacoes](http://www.presidencia.gov.br/licitacoes).

**21.13** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

**21.14** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nºs. 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000,

3.784, de 06 de abril de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

**21.15** Integram este edital os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** – Termo de Referência.
- b) **Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços
- c) **Anexo III** – Minuta de Contrato.

Brasília-DF, 13 de maio de 2014.

**Edson Murilo Mendes de Almeida**

Pregoeiro(a) – PR



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 SECRETARIA GERAL  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
 COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 COORDENAÇÃO DE SUBSISTÊNCIA

**Termo de Referência**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada na fabricação de produtos de panificação, para fornecimento, sob demanda, dos produtos definidos neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

Gêneros alimentícios a serem utilizados nas copas do Palácio do Planalto, que atendem as autoridades e aos servidores de plantão e eventos realizados no âmbito da Presidência da República e a copa da Vice-Presidência da República, para o **exercício de 2014**.

**3. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E CUSTOS**

Item	Especificação	Und	Qty	Preço unitário	Preço total
1	Minicroissant de 25 gramas, elaborada com massa básica viennoiserie francesa (massa própria de croissant). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, ovos, açúcar refinado, sal, fermento fresco, leite e manteiga. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000	0,60	1.800,00
2	Minipão brioche de 25 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 000, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	8000	0,45	3.600,00
3	Minipizza de 100 gramas de vários sabores, entre eles; 1) muçarela de búfala, peito de peru defumado light, fabricado com 100% de peito de peru e azeitonas pretas; 2) muçarela de búfala e calabresa com baixo teor de gordura; 3) quatro queijos (gorgonzola doce, muçarela de búfala, parmesão gran formaggio, catupiry) 4) frango, peito de frango desfiado, não será aceito peito de frango triturado. A massa deve ser confeccionada com 100% de farinha de trigo tipo 0000, água, sal, fermento fresco e azeite extra virgem. O molho de tomate deve ser confeccionado com tomates maduros frescos e manjerição fresco, sem adição de corantes e conservantes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	4000	3,90	15.600,00



4	Pão de batata de 50 gramas. Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite e sal. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000	0,75	750,00
5	Pão de batata de 50 gramas, com ervas frescas. Confeccionado de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite, sal e ervas frescas. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	2000	0,62	1.240,00
6	Pão de forma ao leite de 500 gramas, e empacotado individualmente. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. Enriquecido com ferro e cálcio. Entregar junto com a amostra a marca e a relação de ingredientes da composição. Produto isento de gordura trans.	UN	2500	6,20	15.500,00
7	Pão integral tipo brioche de 50 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 70% de farinha de trigo tipo 000 e 30 % de farinha de trigo tipo serraceno, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	2500	0,80	2.000,00
8	Pão minifrancês integral de 25 gramas. Confeccionado com 70% de farinha 000 e 30% de farinha de trigo serraceno, água, sal e fermento fresco. Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000	0,30	300,00
9	Pão Ciabatta 30 gr. com aproximadamente 10 cm de largura e 15 cm de comprimento. Confeccionado inicialmente com a massa biga: Farinha de trigo 000, água, fermento fresco. Massa básica: farinha 000, água, sal, extrato de malte e fermento fresco (para acelerar o processo de fermentação). Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000	2,50	2.500,00
10	Pão tipo folha para confecção de sanduiche tipo "wrap" (pão árabe ou pão pitta), pacote com 300 gramas, industrializado, formato arredondado, achatado, leve, maleável. Confeccionado com 100% de farinha de trigo 0000, água, azeite de oliva, sal. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. O produto deverá ser isento de gordura trans.	UN	200	8,00	1.600,00
11	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar, manteiga sem sal, ovos, baunilha, ou raspas de limão, ou cacau amargo. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50	24,00	1.200,00
12	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito. Utilizar técnicas de saco de confeitar. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar de confeiteiro, água quente, amido de milho e manteiga sem sal. Decorados com frutas secas (ameixa, cereja, damasco, figo), e ou amêndoas diversas (pistache, amêndoas, amendoim, castanha do Brasil, castanha de caju,) e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco, e ou doce de goiabada. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50	24,00	1.200,00

13	Petit four salgado em pacote de 100 gramas, elaborado no método "crémage" com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, sal, manteiga sem sal e ovos. Sabores: castanha do Brasil, ervas frescas, gergelim, castanha de caju, amendoim, azeitonas pretas, e ou verdes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50	24,00	1.200,00
14	Biscoito caseiro tipo sequilhos, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos e baunilha. Decorados com cereja, e ou goiabada, e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100	24,00	2.400,00
15	Biscoito caseiro tipo casadinho com doce de goiabada, ou doce de leite, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos baunilha e açúcar de confeiteiro. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100	24,00	2.400,00
16	Minissalgados de massa folhado invertido. Massa confeccionada com 100% farinha 0000, água, margarina termoestável e sal. Recheios: 1) bacon e fios de ovos; 2) frango desfiado (não pode ser triturado), cebola, alho, tomate fresco, sal, ervas frescas e azeite extra virgem; 3) linguicinha, tomate fresco, azeite extra virgem, cebola, pimentão e pimenta de cheiro; 4) Banana prata com canela; 5) Maçã fugi com canela. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000	0,56	1.680,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>54.970,00</b>

#### **4. PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOCAL.**

**4.1.** Os produtos serão solicitados pelo Gestor de Contrato, mediante a emissão do documento "Solicitação de Entrega de Material" para o fornecimento pela empresa contratada, conforme conveniência da administração.

**4.2.** Os produtos serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência nas seguintes condições:

- a) Na Avenida N2 Norte, no Almojarifado Central, Fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF.
- b) No prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Solicitação;
- c) Em horário de 08h às 12h e das 14h às 18h, telefones (61) 3411-2868.

**4.3.** O licitante vencedor deverá indicar o número de seu fax e endereço eletrônico para o envio dos pedidos.

**4.4.** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do produto, o mesmo será rejeitado, em todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a Presidência da República, devendo o licitante vencedor reapresentá-lo(s) no prazo máximo de 6 (seis) horas após o comunicado da Presidência da República.

**4.5.** Caberá ao licitante vencedor arcar com as despesas de embalagem e frete do produto a ser substituído.

**4.6.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassados ou com outra deformidade qualquer.

## **5. RESPONSABILIDADES DO LICITANTE VENCEDOR.**

- 5.1.** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente à Presidência da República ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 5.2.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Presidência da República.
- 5.3.** Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, independentemente de solicitação.
- 5.4.** Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;
- 5.5.** Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse da Presidência da República, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 5.6.** Arcar com os custos dos exames laboratoriais periódicos em amostras selecionadas pela Presidência da República.

## **6. RESPONSABILIDADE DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA.**

- 6.1.** Solicitar o fornecimento dos produtos constantes do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de “Solicitação de Entrega de Material”.
- 6.2.** Solicitar a troca dos produtos que não atendem às especificações do objeto deste Termo de Referência.
- 6.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo licitante vencedor com relação ao objeto deste Termo de Referência.
- 6.4.** Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos produtos e solicitar sua imediata interrupção se for o caso.
- 6.5.** Proporcionar todas as facilidades necessárias à entrega dos produtos.
- 6.6.** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados

## **7. SANÇÕES**

**7.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, as seguintes sanções.

- a) multa de 0,014% por hora sobre a parcela que der causa, em caso de atraso na entrega do produto, limitado a incidência a 72 (setenta e duas) horas.
- b) multa de 10% sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a” ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- c) multa de 20% calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- d) multa de 5% calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste Termo de Referência.
- e) advertência.

**7.2.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de responsabilidade do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**7.3.** A(s) multa(s) deverá (ao) ser recolhida(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da(s) comunicação (ões) enviada(s) pela Presidência da República.

- 7.4.** O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 7.5.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.
- 7.6.** O licitante que convocado no prazo de validade da sua proposta deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do material licitado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.
- 7.7.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 7.8.** As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 7.9.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

## **8. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**8.1.** O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, a contar da data de sua assinatura.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será creditado em nome do licitante vencedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barra, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, após a entrega do material no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do material nos documentos hábeis de cobrança.

## **10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

**10.1.** Da vistoria da empresa licitante vencedora:

**10.1.1.** A Presidência da República poderá, a qualquer momento, solicitar que a Vigilância Sanitária realize uma visita técnica às instalações da contratada e, caso seja verificada alguma anomalia na preparação dos alimentos ou nas instalações, determinar um prazo para correção da irregularidade.

**10.1.2** Caso não aconteçam as correções solicitadas e tais correções sejam imprescindíveis para garantia da qualidade daquele serviço, fica assegurado o direito da rescisão de contrato por parte da contratante.

**10.1.3.** A negativa de recepção por parte da Contratada para a efetivação da visita técnica as suas dependências torna-se fator de aplicação de sanção por inexecução parcial do contrato futuro, ressalvados os preceitos de ampla defesa e contraditório. Caso não haja a devida resposta, no prazo legal, a Contratante tem assegurado o direito de rescisão contratual, por perda de credibilidade da qualidade sanitária da Contratada.

**10.1.4.** O contrato deverá ser assinado após a apresentação, por parte da vencedora, de toda documentação expedida pela Vigilância Sanitária Regional para o funcionamento do estabelecimento;

**10.2.** As embalagens deverão conter as seguintes informações, seguindo os padrões determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

- I) peso líquido;
- II) identificação do produto e do estabelecimento de origem;
- III) data de industrialização;
- IV) data de validade do produto;
- VI) informação nutricional
- VII) lista de ingredientes
- VII) lote

**10.3.** A empresa licitante vencedora se obriga a entregar á Presidência da República, trimestralmente, laudo de análise técnica comprovando as boas condições de consumo do objeto fornecido, baseado nas normas técnicas vigentes.

**10.4.** A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ao) apresentar os seguintes documentos:

**10.4.1.** Declarações do próprio licitante de que tem ciência e está sujeito às Normas contidas na Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**10.4.2.** Licença de funcionamento e alvará expedidos pela autoridade sanitária competente.

## **10.5. DAS AMOSTRAS**

### **10.5. APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS**

**10.5.1.** Serão solicitadas à empresa licitante de melhor proposta, sob pena de desclassificação, amostras dos produtos ofertados, a serem entregues no prazo máximo e improrrogável de até 5 (cinco) dias, a contar da convocação em data e hora certa, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão previamente designada.

**10.5.2.** Haverá a convocação de data e hora certa para os licitantes interessados apresentarem as amostras devidamente identificadas com o nome e o CNPJ da empresa;

**10.5.3.** A apresentação das amostras será realizada no Depósito de Gêneros Alimentícios da COSUB – Almoxarifado Central da Presidência da República Avenida N2 - Brasília-DF.

**10.5.4.** Cada amostra é composta por 1 (uma) unidade de cada tipo produto previsto neste Termo de Referência, para que a Coordenação de Subsistência (COSUB) possa fazer a análise de cada item avaliado.

**10.5.5.** Caso a amostra da empresa de melhor proposta não for apresentada nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, esta será notificada e, posteriormente, será convocada para apresentação de amostras, em data e hora certa, a empresa autora da segunda melhor proposta, e assim sucessivamente.

**10.5.6.** Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações nos produtos apresentados para fins de adequá-los às especificações constantes do Termo de Referência.

## **10.6. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS**

**10.6.1.** Sendo recebidas as amostras em conformidade com o que preconiza o item 10.5, estas passarão, logo após o recebimento, a ser avaliadas pela Coordenação de Subsistência, conforme mencionado no item 10.6.4.

**10.6.2.** A análise das amostras consiste em avaliar as condições mínimas de apresentação do produto, prazo de validade e demais requisitos previstos na legislação vigente para a industrialização e embalo do produto, caso existente.

**10.6.3.** Também serão verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada produto constante no Termo de Referência.

**10.6.4.** Após a análise dos produtos, realizada por no mínimo dois membros da Coordenação de Subsistência (COSUB/COAGE/DILOG/AS/PR) da Presidência da República, será confeccionado um relatório técnico especificando as razões de sua decisão quanto à aprovação ou não das amostras apresentadas.

Brasília, 24 de março de 2014.

**Hélio Joaquim de Jesus**

Gestor de Contrato

Aprovo:

**BENJAMIM BANDEIRA FILHO**

Diretor de Recursos Logísticos Interino

**ANEXO II**

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 023/2014**

**PROCESSO Nº 00088.000570/2014-91**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS  
(Proposta Comercial)**

**Referência: Pregão, na forma eletrônica, nº 023/2014**

**Data de Abertura: XX/XX/2014**

Item	Especificação	Und	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Minicroissant de 25 gramas, elaborada com massa básica viennoiserie francesa (massa própria de croissant). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, ovos, açúcar refinado, sal, fermento fresco, leite e manteiga. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000		(*)
2	Minipão brioche de 25 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 000, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	8000		(*)
3	Minipizza de 100 gramas de vários sabores, entre eles; 1) muçarela de búfala, peito de peru defumado light, fabricado com 100% de peito de peru e azeitonas pretas; 2) muçarela de búfala e calabresa com baixo teor de gordura; 3) quatro queijos (gorgonzola doce, muçarela de búfala, parmesão gran formaggio, catupiry) 4) frango, peito de frango desfiado, não será aceito peito de frango triturado. A massa deve ser confeccionada com 100% de farinha de trigo tipo 0000, água, sal, fermento fresco e azeite extra virgem. O molho de tomate deve ser confeccionado com tomates maduros frescos e manjerição fresco, sem adição de corantes e conservantes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	4000		(*)
4	Pão de batata de 50 gramas. Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite e sal. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		(*)
5	Pão de batata de 50 gramas, com ervas frescas. Confeccionado de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite, sal e ervas frescas. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	2000		(*)
6	Pão de forma ao leite de 500 gramas, e empacotado individualmente. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. Enriquecido com ferro e cálcio. Entregar junto com a amostra a marca e a relação de ingredientes da composição. Produto isento de gordura trans.	UN	2500		(*)
7	Pão integral tipo brioche de 50 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 70% de farinha de trigo tipo 000 e 30 % de farinha de trigo tipo serraceno, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e	UN	2500		(*)

	leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.				
8	Pão minifrancês integral de 25 gramas. Confeccionado com 70% de farinha 000 e 30% de farinha de trigo serraceno, água, sal e fermento fresco. Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		(*)
9	Pão Ciabatta 30 gr. com aproximadamente 10 cm de largura e 15 cm de comprimento. Confeccionado inicialmente com a massa biga: Farinha de trigo 000, água, fermento fresco. Massa básica: farinha 000, água, sal, extrato de malte e fermento fresco (para acelerar o processo de fermentação). Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		(*)
10	Pão tipo folha para confecção de sanduiche tipo “wrap” (pão árabe ou pão pitta), pacote com 300 gramas, industrializado, formato arredondado, achatado, leve, maleável. Confeccionado com 100% de farinha de trigo 0000, água, azeite de oliva, sal. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. O produto deverá ser isento de gordura trans.	UN	200		(*)
11	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar, manteiga sem sal, ovos, baunilha, ou raspas de limão, ou cacau amargo. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50		(*)
12	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito. Utilizar técnicas de saco de confeitar. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar de confeiteiro, água quente, amido de milho e manteiga sem sal. Decorados com frutas secas (ameixa, cereja, damasco, figo), e ou amêndoas diversas (pistache, amêndoas, amendoim, castanha do Brasil, castanha de caju,), e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco, e ou doce de goiabada. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50		(*)
13	Petit four salgado em pacote de 100 gramas, elaborado no método “crémage” com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, sal, manteiga sem sal e ovos. Sabores: castanha do Brasil, ervas frescas, gergelim, castanha de caju, amendoim, azeitonas pretas, e ou verdes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50		(*)
14	Biscoito caseiro tipo sequilhos, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos e baunilha. Decorados com cereja, e ou goiabada, e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100		(*)
15	Biscoito caseiro tipo casadinho com doce de goiabada, ou doce de leite, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos baunilha e açúcar de confeiteiro. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100		(*)



16	Minissalgados de massa folhado invertido. Massa confeccionada com 100% farinha 0000, água, margarina termoestável e sal. Recheios: 1) bacon e fios de ovos; 2) frango desfiado (não pode ser triturado), cebola, alho, tomate fresco, sal, ervas frescas e azeite extra virgem; 3) lingüicinha, tomate fresco, azeite extra virgem, cebola, pimentão e pimenta de cheiro; 4) Banana prata com canela; 5) Maçã fugi com canela. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000	(*)
<b>VALOR TOTAL</b>				

(\*) Valores que deverão ser cadastrados no sistema Comprasnet.

**1. Observações:**

- a) Prazo de validade da proposta de ..... (.....) dias, a contar da data de sua apresentação.
- b) Prazo de entrega dos produtos ..... (.....) horas, contado após o recebimento da Solicitação. No máximo 24 (vinte e quatro) horas.

**2. Declaração:**

- a) Declaro expressamente estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

**3. Dados da empresa:**

EMPRESA/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
 TELEFONE: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA-CORRENTE: \_\_\_\_\_  
 BANCO: \_\_\_\_\_  
 E-MAIL: \_\_\_\_\_

**4. Qualificação do preposto autorizado a assinar o contrato:**

Nome completo: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_  
 CARGO: \_\_\_\_\_  
 NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
 (Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_  
 (Nº da CI do declarante)

\_\_\_\_\_  
 (Assinatura do declarante)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

AS - J/COU/DILOG/SAI/PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
Fls.: \_\_\_\_\_  
Ass.: \_\_\_\_\_

### ANEXO III

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 023/2014**

**PROCESSO Nº 00088.000570/2014-91**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA**  
.....

**CONTRATO Nº /2014**

A **UNIÃO**, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração, Senhor ....., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº ....., de acordo com a competência prevista no ....., publicada no Diário Oficial da União de ....., doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., CEP: ....., telefone nº (...) ..... / fax nº (...) ....., neste ato representado pelo Senhor ....., CPF nº ....., daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA** têm, entre si, acordado os termos deste Contrato, objeto do Pregão, na forma eletrônica, nº 23/2014 consoante consta do Processo nº 00088.000570/2014-91, sujeitando-se as partes integralmente à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e os Decretos nºs. 5.450, de 31 de maio de 2005, 6.204, de 5 de setembro de 2007, e 7.203, de 4 de junho de 2010, a IN SLTI/MP nº 02, de 11 de outubro de 2010, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de produtos de panificação, **sob demanda**, conforme especificações constantes neste contrato e seus anexos.

**Subcláusula Única** - Vinculam-se ao presente contrato o edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 023/2014 e seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Atender a todas as exigências constantes no Edital do Pregão nº 023/2014 e seus anexos.
- 2) Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 3) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.
- 4) Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, independentemente de solicitação.
- 5) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 023/2014.
- 6) Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse da **CONTRATANTE**, no prazo estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do edital.
- 7) Arcar com os custos dos exames laboratoriais periódicos em amostras selecionadas pela **CONTRATANTE**
- 8) Entregar à **CONTRATANTE**, trimestralmente, laudo de análise técnica comprovando as boas condições de consumo do objeto fornecido, baseado nas normas técnicas vigentes.
- 9) Apresentar declaração de que tem ciência e está sujeito às Normas contidas na Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 10) Apresentar a Licença de Funcionamento e o Alvará expedidos pela autoridade sanitária competente.

II - São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE** com relação ao objeto deste Contrato.
- 2) Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 3) Solicitar o fornecimento dos produtos constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de “Solicitação de Entrega de Material”.
- 4) Solicitar a troca dos produtos que não atendem às especificações do objeto deste contrato.
- 5) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos produtos e solicitar sua imediata interrupção se for o caso.
- 6) Proporcionar todas as facilidades necessárias à entrega dos produtos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A **CONTRATANTE** designará um gestor titular e um substituto para exercer a fiscalização do contrato resultante da licitação que registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

**Subcláusula Segunda** – A existência e a atuação da fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela **CONTRATADA**, que deverá conter o detalhamento dos produtos fornecidos, e será creditado em nome da contratada por meio de ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor do contrato nos documentos hábeis de cobrança.

Item	Especificação	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	Minicroissant de 25 gramas, elaborada com massa básica viennoiserie francesa (massa própria de croissant). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, ovos, açúcar refinado, sal, fermento fresco, leite e manteiga. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000		
2	Minipão brioche de 25 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 000, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	8000		
3	Minipizza de 100 gramas de vários sabores, entre eles; 1) muçarela de búfala, peito de peru defumado light, fabricado com 100% de peito de peru e azeitonas pretas; 2) muçarela de búfala e calabresa com baixo teor de gordura; 3) quatro queijos (gorgonzola doce, muçarela de búfala, parmesão gran formaggio, catupiry) 4) frango, peito de frango desfiado, não será aceito peito de frango triturado. A massa deve ser confeccionada com 100% de farinha de trigo tipo 0000, água, sal, fermento fresco e azeite extra virgem. O molho de tomate deve ser confeccionado com tomates maduros frescos e manjeriçã fresco, sem adição de corantes e conservantes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	4000		
4	Pão de batata de 50 gramas. Confeccionado com 100% de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite e sal. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		
5	Pão de batata de 50 gramas, com ervas frescas. Confeccionado de farinha de trigo tipo 0000, fermento fresco, batata tipo Asterix, manteiga, açúcar, ovos, leite, sal e ervas frescas. A massa deve conter no mínimo 30% de batata em sua composição. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	2000		
6	Pão de forma ao leite de 500 gramas, e empacotado individualmente. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. Enriquecido com ferro e cálcio. Entregar junto com a amostra a marca e a relação de ingredientes da composição. Produto isento de gordura trans.	UN	2500		
7	Pão integral tipo brioche de 50 gramas, elaborada com massa própria de pão brioche (alto teor de manteiga). Confeccionado com 70% de farinha de trigo tipo 000 e 30 % de farinha de trigo tipo serraceno, fermento fresco, açúcar, ovos, sal, manteiga e leite. Fabricado no modelo brioche parisiense (forma individual). Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	2500		
8	Pão minifrancês integral de 25 gramas. Confeccionado com 70% de farinha 000 e 30% de farinha de trigo serraceno, água, sal e fermento fresco. Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		
9	Pão Ciabatta 30 gr. com aproximadamente 10 cm de largura e 15 cm de comprimento. Confeccionado inicialmente com a massa biga: Farinha de trigo 000, água, fermento fresco. Massa básica: farinha 000, água, sal, extrato de malte e fermento fresco (para acelerar o processo de fermentação). Levar à fermentadora a 27°C e 95% de umidade. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	1000		

10	Pão tipo folha para confecção de sanduiche tipo “wrap” (pão árabe ou pão pitta), pacote com 300 gramas, industrializado, formato arredondado, achatado, leve, maleável. Confeccionado com 100% de farinha de trigo 0000, água, azeite de oliva, sal. Fabricação industrial de marca conceituada no mercado nacional. O produto deverá ser isento de gordura trans.	UN	200		
11	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar, manteiga sem sal, ovos, baunilha, ou raspas de limão, ou cacau amargo. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50		
12	Petit four doce em pacote de 100 gramas, elaborado no método crémage com massa de biscoito. Utilizar técnicas de saco de confeitar. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, açúcar de confeiteiro, água quente, amido de milho e manteiga sem sal. Decorados com frutas secas (ameixa, cereja, damasco, figo), e ou amêndoas diversas (pistache, amêndoas, amendoim, castanha do Brasil, castanha de caju,) e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco, e ou doce de goiabada. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50		
13	Petit four salgado em pacote de 100 gramas, elaborado no método “crémage” com massa de biscoito de corte. Utilizar as técnicas de corte e corte com cortadores. Confeccionado com 100% de farinha de trigo, sal, manteiga sem sal e ovos. Sabores: castanha do Brasil, ervas frescas, gergelim, castanha de caju, amendoim, azeitonas pretas, e ou verdes. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	50	24,00	
14	Biscoito caseiro tipo sequilhos, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos e baunilha. Decorados com cereja, e ou goiabada, e ou chocolate ao leite, e ou chocolate amargo, e ou chocolate branco. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100	24,00	
15	Biscoito caseiro tipo casadinho com doce de goiabada, ou doce de leite, pacote de 500 gramas. Confeccionado com amido de milho, sal, leite condensado, ovos baunilha e açúcar de confeiteiro. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	KG	100	24,00	
16	Minissalgados de massa folhado invertido. Massa confeccionada com 100% farinha 0000, água, margarina termoestável e sal. Recheios: 1) bacon e fios de ovos; 2) frango desfiado (não pode ser triturado), cebola, alho, tomate fresco, sal, ervas frescas e azeite extra virgem; 3) linguichinha, tomate fresco, azeite extra virgem, cebola, pimentão e pimenta de cheiro; 4) Banana prata com canela; 5) Maçã fugi com canela. Entregar junto com a amostra a relação dos ingredientes/marcas utilizados. O produto final deverá ser isento de gordura trans.	UN	3000	0,56	
<b>VALOR TOTAL</b>					

**Subcláusula Primeira** – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a **CONTRATADA** efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Subcláusula Segunda** - Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o nome do banco, o número da sua conta bancária e da respectiva agência.

**Subcláusula Terceira** – Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal, com a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**Subcláusula Quarta** – A nota fiscal/fatura correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao gestor deste Contrato, que somente atestará e liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**Subcláusula Quinta** – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

**Subcláusula Sexta** – No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da **CONTRATADA**, desde que ela não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, ficando convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

<b>EM</b>	=	Encargos Moratórios;
<b>N</b>	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
<b>VP</b>	=	Valor da parcela a ser paga;
<b>I</b>	=	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
<b>I</b>	=	$\frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$
<b>TX</b>	=	Percentual da taxa anual = 6%

**Subcláusula Sétima** – A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.

**Subcláusula Oitava** – Para o pagamento a **CONTRATANTE** realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quanto à **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal do Brasil (certidão conjunta), FGTS e INSS) e Trabalhista (Certidão Negativa de Débito Trabalhista), Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal) e Qualificação econômico-Financeira (Índices Calculados: SG, LG e LC)**, para verificar a manutenção das condições de habilitação da licitação, podendo ser consultados nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo meio legal de prova.

**Subcláusula Nona** – Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, para que no prazo de 30 (trinta) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

**Subcláusula Décima** – O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da Administração.

**Subcláusula Décima Primeira** – Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada à **CONTRATANTE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**Subcláusula Décima Segunda** – O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**Subcláusula Décima Terceira** – A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

## CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

## CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas no valor de **R\$ .....** (.....), correrão à conta do PTRES:060138 Natureza da Despesa: 339030; Nota de Empenho: ....., de .....

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO, DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 1) Os produtos serão solicitados pela **CONTRATANTE**, mediante a emissão do documento “Solicitação de Entrega de Material” para o fornecimento pela **CONTRATADA**, conforme conveniência da Administração.
- 2) Os produtos serão entregues de acordo com as especificações do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão nº 023/2014, nas seguintes condições:
  - a) Na Avenida N2 Norte, no Almoxarifado Central, Fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF.
  - b) No prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Solicitação.
  - c) Em horário de 08h às 12h e das 14h às 18h, telefones (61) 3411-2868.
- 3) A **CONTRATADA** deverá indicar o número de seu fax e endereço eletrônico para o envio dos pedidos.
- 4) Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do produto, o mesmo será rejeitado, em todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** reapresentá-lo(s) no prazo máximo de 6 (seis) horas, após o comunicado da **CONTRATANTE**.
- 5) Caberá a **CONTRATADA** arcar com as despesas de embalagem e frete do produto a ser substituído.
- 6) Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassados ou com outra deformidade qualquer.
- 7) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de impugnar o material entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência – Anexo I do edital.
- 8) As embalagens deverão conter as seguintes informações, seguindo os padrões determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
  - a) peso líquido;
  - b) identificação do produto e do estabelecimento de origem;
  - c) data de industrialização;
  - d) data de validade do produto;
  - e) informação nutricional
  - f) lista de ingredientes
  - g) lote

### **CLÁUSULA OITAVA – DO AUMENTO E DA SUPRESSÃO**

No interesse da **CONTRATANTE** o objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

Se ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, poderá sofrer as seguintes penalidades:

- 1) advertência;

- 2) multa de **0,014% (zero vírgula zero catorze por cento)**, por hora, sobre a parcela que der causa, em caso de atraso na entrega do produto, limitada a incidência a 72 (setenta e duas) horas.
- 3) multa de **10% (dez por cento)**, sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 4) multa de **20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 5) multa de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor da contratação, quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato e termo de referência, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

**Subcláusula Primeira** - Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor para a contratação, a **CONTRATADA** que:

- a) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar na execução do contrato;
- f) fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.

**Subcláusula Segunda** – A não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**Subcláusula Terceira** - A **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fe ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**Subcláusula Quarta** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras previstas na legislação vigente, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**.

**Subcláusula Quinta**– A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

**Subcláusula Sexta** – O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**Subcláusula Sétima** – Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**Subcláusula Oitava** – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**Subcláusula Nona** – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente da **CONTRATANTE**, devidamente justificado.



**Subcláusula Décima** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Subcláusula Décima Primeira** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

**Subcláusula Décima Segunda** – As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de pleno acordo com o que neste instrumento é pactuado, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, para que produzam os efeitos dele decorrente.

Brasília/DF,                      de                      de 2014.

---

**Diretor de Recursos Logísticos da  
Presidência da República**

---

**CONTRATADA**